

O discurso da superioridade: 10 expressões de mando e submissão na tradição brasileira

Barbara Luisa dos Reis Melo¹

Dan H. Iwaki²

Natália Ferreira de Godoy³

Samuel de Oliveira Brito⁴

Orientador: Alexandre Medeiros⁵

(Co)orientadora: Chie Hirose⁶

(Co)orientador: David Augaitis Fogaça⁷

Resumo: O artigo examina, entre outras, expressões como “Sabe com quem está falando?”, “Manda quem pode, obedece quem tem juízo” e “Dar uma carteirada”. São formas que refletem traços persistentes da cultura hierárquica e personalista brasileira. Essas expressões não são meras figuras de linguagem, mas formas simbólicas de afirmar status, autoridade e distinção social num contexto onde as relações pessoais frequentemente se sobrepõem às regras impessoais e institucionais. Busca também indicar a datação do surgimento dessas expressões na imprensa nacional.

Palavras Chave: expressões de arrogância. status e autoritarismo. Brasil. hierarquia nas relações.

Abstract: The article examines, among others, Brazilian expressions such as “*Do you know who you’re talking to?*”, “*He who can, commands; he who has sense, obeys,*” and “*to flash one’s credentials.*” These forms reflect persistent traits of Brazil’s hierarchical and personalist culture. Such expressions are not mere figures of speech, but symbolic ways of asserting status, authority, and social distinction in a context where personal relationships often prevail over impersonal and institutional rules. The study also seeks to identify the approximate period when these expressions first appeared in the national press.

Keywords: expressions of arrogance. status and authoritarianism. Brazil. hierarchy in social relations.

Introdução

Neste artigo, examinaremos dez expressões que refletem traços persistentes da cultura hierárquica e personalista brasileira. Além de comentá-las, buscaremos, na medida do possível, datar a aparição dessas locuções em nossa imprensa, utilizando o banco de dados da Hemeroteca da Biblioteca Nacional (que abreviaremos por BN), indicando, em cada caso, o órgão de imprensa, a data de publicação e o Estado da Federação do qual procede.

¹. Aluna do 3º. Ano do Ensino Médio do Centro de Estudos Júlio Verne – www.julioverne.com.br

². Aluno no Programa de Intercâmbio no Volunteer Programme | Rock UK - <https://rockuk.org/contact-us/careers/volunteer-with-us/>

³. Aluna do 3º. ano do Ensino Médio da Escola Estadual Godofredo Furtado, São Paulo/SP.

⁴. Aluno do 3º. Ano do Ensino Médio do Colégio Luterano de São Paulo - <https://www.luterano.com.br/>

⁵. Pós - Doutor em Educação pela Universidade de São Paulo – FEUSP. Diretor Acadêmico do Centro de Estudos Júlio Verne – www.julioverne.com.br

⁶. Pós - Doutora em Educação pela Universidade de São Paulo – FEUSP; Professora da EMEF Prof. João Carlos da Silva Borges, São Paulo/SP - <https://www.facebook.com/emefjcborges/>

⁷. Pós – Doutor em Física pela Universidade de São Paulo – IFUSP. Professor do Colégio Luterano de São Paulo - <https://www.luterano.com.br/>

É fartamente estudada a perversa realidade tupiniquim da arbitrariedade: o poder é exercido por quem “pode” (tem posição, título, cargo ou conexões), e não necessariamente por quem tem razão ou mérito. Assim, a “carteirada” funciona como um ritual de dominação simbólica, em que o agente invoca a hierarquia social para impor obediência. Etc.

Daí que nos limitaremos praticamente a elencar e comentar brevemente essas expressões, que “falam por si” dessa mentalidade, tão arraigada em nossa cultura:

Sabe com quem está falando?
Manda quem pode, obedece quem tem juízo
Falar grosso
Dar uma carteirada
Ponha-se no seu devido lugar
Quem pode mais, chora menos
Lugar de mulher é...
A conversa ainda não chegou na cozinha
Esnobes e VIPs

Sabe com quem está falando?

Começaremos pela mais emblemática, remetendo ao verbete “Sabe com quem está falando?”, do Dicionário de Lauand (2023), precisamente o que nos motivou a realizar esta pesquisa. Diz o autor:

Sabe com quem está falando?

Não é de hoje que essa pergunta simboliza e resume em si a, tristemente arraigada, arbitrariedade brasileira: a aversão de nossas “elites” à cidadania mais básica. É esgrimida para (ao menos tentar) atropelar a proclamada igualdade de direitos por brasões de família, patentes, cargos e diversos poderes. É usada para ameaçar e intimidar a quem quer que se atreva a exigir do “ungido” o mero cumprimento da lei e das normas básicas de convivência republicana.

Nesse sentido, há mais de cem anos, encontramos denúncias dessa nefasta prática.

(...)

Não faltam, na época, relatos sobre esse abuso, autêntica preferência nacional. Um caso é o do cronista João Matheus, que relata perplexo em “O Paiz” (RJ, 8-11-1898) como foi destratado numa farmácia, simplesmente por atrever-se a perguntar por sua cadelinha desaparecida a um mancebo que estava no fundo do estabelecimento:

Com certeza não é a mim que o senhor se dirige. Certamente não é a mim, porque, *estando eu aqui ocupado n’um trabalho científico* (textual) não posso cuidar dos cachorros que passam pela rua.

[a discussão prossegue quando um homem alto de barbas chega e entra na conversa, tomando partido contra o pobre cronista, que alega que só estava educadamente pedindo uma informação. Ao que o velho responde furioso:]

Não sabe com quem está falando! Não sabe com quem está falando! O senhor está falando com o dono desta pharmacia (pausa), com o pai daquele moço (e apontou para o científico) e com o escrivão da delegacia (O Paiz – RJ, 08/11/1898) (...)

Manda quem pode, obedece quem tem juízo

Mais uma expressão que deixa entrever o autoritarismo nas relações sociais no Brasil: o poder simplesmente é de quem o detém.

No início do século XIX, várias versões eram usadas na mesma época, como por exemplo:

Manda quem pode; só nos resta obedecer
(Astro de Minas – MG, 17/03/1829)

Manda quem póde [sem mais]
(Diario do Rio de Janeiro – RJ, 23/09/1845)

A expressão é muito antiga e inicialmente tinha a formulação: “Manda quem pode, obedece quem serve”. Surge na BN em 1844, já ostentando servilismo ao Governo:

Não nos intrometteremos a conhecer da moralidade da Ordem porque he sabido o proverbio – *manda quem pode, obedece quem serve* (...)
 (“Diario de Pernambuco”, 20-11-1844)

Quando se trata de formas de mando, as autoridades se destacam pelo fato de possuir “poderes”. Um trecho que exemplifica isso é “...manda quem tem força, e obedece quem é fraco...”.

[...] Força representada por um só homem ou força de uma assemblea, - que afinal se resume no homem de sua confiança; - isto é, dictadura pessoal ou dictadura parlamentar, o resultado é o mesmo: manda quem tem força, e obedece quem é fraco: não ha liberdade. [...] (Gazeta de Noticias - RJ, 04/01/1882).

É possível observar que o discurso em relação ao governo do país, em que é trazido para discussão uma questão central: o que seria melhor, o poder nas mãos de um só homem, ou de uma assembleia? Entretanto, o trecho sugere que, no fim, o resultado pode ser o mesmo: o poder está na mão de quem tem força — seja um homem, seja uma assembleia — enquanto quem obedece é colocado na posição de fraco. Dessa forma, o texto relaciona o exercício do poder à imposição da força e à ausência de liberdade.

O conceito de força não está relacionado exclusivamente ao fato de ser forte, mas também ao poder de fala, à ascendência. No cotidiano, temos um exemplo prático que é a relação entre pais e filhos, marcada por uma convivência regulada por certas regras, atos simples de rotina, entre outras. Entretanto, tais diretrizes não são efetivamente o que mantém o vínculo, mas sim o respeito (hierárquico).

A forma original domina absoluta até 1888 (com uma exceção “obedece quem deve”, de 1857 e 1881), ano da abolição da escravatura. Daí, aos poucos, vão aparecendo outros complementos para “obedece quem...”: “deve” (a partir de dezembro de 1888, cada vez mais frequente), “quer” (1890), “precisa” ...

Pediu demissão do logar de praticante do escriptorio do trafego da estrada de ferro D. Pedro II, o Sr. Bartholomeu Marques de Castro.

Ao que parece, a finada Caixa Pia anda mettida no negocio; o Sr. Castro assignou um papel contra essa instituição, felizmente morta no nascedouro, e vai d’ahi... transferencia impossivel e consequente pedido de demissão.

— Manda quem póde.

(Gazeta de Noticias – RJ, 11/12/1888)

Neste trecho percebemos uma notícia de demissão, publicada em vários jornais da época. Fala sobre o Sr. Bartholomeu Marques de Castro, que há cinco anos exercia seu cargo na estrada de Ferro D. Pedro II. Entretanto, a notícia diz que ele pediu demissão, logo depois de ter ousado assinar um papel contra a instituição Caixa Pia. É nesse contexto que a expressão: “... manda quem pode” é usada, ou seja, essa demissão não foi algo que o funcionário queria, mas obrigado, pois “ele não manda em nada porque não pode”.

Os poderosos sempre terão algum cargo importante:

Corre como certo... que tútú de Itamaraty, o chanceler de..., corôa será sempre ministro, juiz, governador e barão, porque manda quem póde e obedece quem serve (Diario de Noticias – RJ, 17/08/1891)

Daí, aos poucos, vão aparecendo outros complementos para “obedece quem...”: “deve” (a partir de dezembro de 1888, cada vez mais frequente), “quer” (1890), “precisa” ...

Finalmente, em 1930, surge a expressão na forma que irá se consagrar: “Manda quem pode, obedece quem tem juízo” (Diario da Noite - RJ, 26-07-1930).

Claro que paralelamente, ainda continuam a existir suas variações, como: “Força é força, e manda quem pode mais” (Gazeta de Noticias – RJ, 09/11/1935)

Porém o sucesso da formulação “Manda quem pode, obedece quem tem juízo”, talvez se deva à “sutileza” da ameaça: já não se trata do inexorável castigo que era aplicado ao escravo desobediente, mas a sugestão de que é “mais prudente” obedecer...

Falar grosso

Ao longo do século XIX, especialmente com as transformações trazidas pela Revolução Industrial, houve mudanças significativas nos aspectos sociais, econômicos e culturais. Ainda assim, muitas hierarquias foram mantidas, inclusive por meio da linguagem. Expressões como “falar grosso”, por exemplo, reforçam papéis sociais desiguais e naturalizam e/ou banalizam relações de dominação. Isso evidencia que a linguagem cotidiana não é neutra: ela atua tanto como reflexo quanto como instrumento de manutenção dessas desigualdades.

Ao buscarmos na Biblioteca Nacional a expressão “falar grosso” nas décadas de 1820, 1830 e 1840, é possível observar que a palavra “grosso” nem sempre teve o mesmo significado que tem hoje, quando associada ao verbo “falar”.

No século XIX, muitas vezes, a palavra “grosso” podia aparecer com o sentido de simplesmente descrever o tom de voz de alguém. Em inúmeros anúncios antigos, especialmente nos anúncios de fuga de pessoas escravizadas, aparecem expressões

como sendo elas dotadas de um “falar grosso e atrapalhado”, indicando que a pessoa tinha uma voz de tom grave ou densa.

[...] No dia 17 do corrente ás 7 horas da noite, indo buscar agua ao chafariz das Marrocas, fugio com um barril novo pintado de verde, um preto de nome Manoel, Moçambique, de idade 20 annos, estatura regular, grosso de corpo e bem feito, com signal de sua nação na testa, dentes grandes e pés, fallar grosso e atrapalhado; levou calça e camiza de riscado um pouco suja, é muito ladino e velhaco, porém finge-se tolo; quem o levar ou der noticias no hospício da Terra Santa n. 13, onde mora seu senhor, será generosamente recompensado [...] (Diario do Rio de Janeiro – RJ - 20-02-1847. Transcrição mantida conforme a grafia original. Grifo nosso).

Para além de características meramente fonéticas, nos aproximamos da expressão atual “falar grosso”, quando encontramos outro sentido de “grosso”, neste caso específico como elemento que indica intensidade ou relevância. Por exemplo, em “namoro grosso” o personagem parece suspeitar de um envolvimento amoroso pesado, forte, importante ou comprometedor. A seguir, quando diz: “será mulher de algum juiz!”, ele especifica a suspeita: talvez esse “namoro grosso” envolva a esposa de um juiz — isto é, uma mulher ligada a um homem de autoridade. Aqui vemos um exemplo claro do “grosso” funcionando como intensificador, sugerindo não apenas a força do envolvimento, mas também o peso social e político da relação.

— Sem duvida.... respondia o outro machinalmente e sem dar-lhe ouvidos.

— É algum namoro grosso, continuava o estouvado fallador, a alguem está emprazando para um encontro: as mulheres da nossa terra não fazem outra cousa, e é em toda parte, no theatro, na igreja, no tribunal!... será mulher de algum juiz!... seria muita para rir... os juizes condemnão sempre os amantes! que bellas represalias! (“Diario do Rio de Janeiro” 18-08-1851. Grifo nosso.)

A expressão “falar grosso”, no sentido em que usamos hoje — isto é, de adotar um tom de voz grave, autoritário ou enfático para repreender, impor respeito ou demonstrar superioridade —, está presente há mais de 175 anos na imprensa brasileira. Seu uso aparece historicamente associado a práticas machistas e racistas, refletindo ideias de superioridade masculina e branca. Isso pode ser observado no trecho a seguir:

Este Sr. d’Havrecourt, velho solteiro, muito despotico e resolute, entende que em casa ao homem, não à mulher, é que pertence a honra de fallar grosso e vestir calças (Jornal do Commercio - RJ, 11/02/1848).

Falar com tom ameaçador ou enérgico, como quem quer intimidar ou demonstrar poder, que se exerce de modo duro sobre os subalternos, mas submisso diante dos poderosos: aquele que fala grosso com os “de baixo”, é o mesmo que se desfaz em mesuras e “fala mansa” com seus superiores...

Observando os jornais antigos, é possível perceber que a expressão “falar grosso” consolidou-se como forma de falar com autoridade, prepotência ou superioridade, como entendemos hoje.

(Dar uma...) carteirada

Outra expressão que demonstra autoridade é “dar uma carteirada”, utilizada para descrever situações em que alguém busca obter vantagem ou privilégio em razão de seu cargo, profissão ou condição socioeconômica. “Dar uma carteirada”, apresentação de carteira funcional por alguém que quer intimidar, mostrando importância ou autoridade. Esse gesto é um dos tantos marcos da lógica hierárquica e autoritária das relações sociais no Brasil.

No trecho a seguir – uma das primeiras aparições na imprensa – dá para perceber que era comumente na nossa sociedade situações em que se mostrava autoridade ou importância, ou seja, “carteirada”, para se referir à uma situação que ocorria de forma “descontrolada”:

Quero acabar com essa carteirada que existe aqui. Não é possível que estes deputados não tenham Cr\$ 2 mil no bolso para o ingresso” (Jornal do Brasil – RJ. 29/12/1983).

Ao falar de um festival de música que aconteceu no Rio de Janeiro o repórter escreveu:

Houve quem usasse a famosa carteirada para tentar entrar sem sucesso (Jornal do Brasil – RJ – 28/11/1984).

É possível observar que neste trecho, a expressão é utilizada a fim de demonstrar como o “cargo” ou a “importância” influenciam na conquista de certas coisas, que nesse fragmento, é a tentativa de entrar em uma festa.

Uma curiosa aparição: “dar uma carteirada” numa outra versão em 1989:

A propósito: na Quarta-Feira de Cinzas o governador Moreira Franco deu ordens terminantes para que o senhor Francisco Rivero fosse demitido do Conselho Estadual de Turismo. Até agora, não aconteceu nada. E pelo que os próprios jornais e advogados famosos encarregados de defender o senhor Rivero afirmam, ele não subornou ninguém. Apenas deu uma carteira, ou seja, tentou intimidar alguém com a carteira de membro do conselho. Isso é formalismo dos advogados cheios de moral, de princípios e de convicções não consideram grave nem importante. Agora o governador vai examinar pessoalmente a questão. (Tribuna da Imprensa – RJ. 27-02-1989. Grifo nosso).

Nesse trecho, há um caso claro de uma pessoa que usa o cargo ou a função pública como forma de pressão. O conselheiro age como se fosse a própria instituição, ele teria tentado intimidar alguém mostrando ou usando sua carteira de membro do Conselho Estadual de Turismo, mesmo sabendo que a ordem vinha de um governador.

Uma outra situação: o advogado de Valter Oaquim, dirigente do Flamengo, que aprontou todas dentro do campo de jogo na partida contra o time da casa, o Campo Grande, foi absolvido pelo Tribunal Desportivo. A alegação foi a de que ele não estava em campo como diretor do Flamengo, mas como simples cidadão!

Isso é brincadeira. Garanto que para entrar em campo – onde não deveria estar e não tinha nada o que fazer – o referido senhor deu uma carteirada de dirigente rubro-negro nos porteiros do Campusca.
(“Jornal dos Sports” RJ, 27-09-1984)

Um exemplo ocorreu quando um almirante, valendo-se de sua posição como presidente do América-RJ, censurou um protesto legítimo da torcida. Casos como esse mostram que, além de gênero e raça, a posição social e profissional também pode ser utilizada como mecanismo de imposição de poder.

O presidente do América – RJ, Almirante Álvaro Grego, “deu uma carteirada no Tenente Sérgio da PM e exigiu que ele ordenasse a retirada das faixas” [de protesto do Estádio do Andaraí na partida contra o Olaria] (Jornal do Brasil – RJ – 03/10/1985).

Nos anos 90, a expressão torna-se corrente na imprensa. Em 1999, aparece esta cena breve satírica, numa coluna da revista Manchete:

A SOCIALITE E A AUSTERIDADE

“Eu também quero uma carteirinha de austeridade. Será que com ela eu posso estacionar meu importado em qualquer lugar?”

O novo sonho de consumo é da socialite carioca, que ouviu por alto num *souper* que o momento do país é de austeridade, que ela confundiu com autoridade.

Poderosa, ela dá uma carteirada: “Com essa carteira vou chegar pra guarda e perguntar: você sabe com quem está faltando (falando)?” Ela é demais!” (Manchete – RJ, 06-03-1999).

O texto mostra uma sociedade em que algumas pessoas ricas e influentes acham que podem receber tratamento especial e escapar das regras comuns. A “carteirada” aparece quando a socialite imagina usar uma suposta carteira de autoridade para se impor diante do guarda.

Na vida social, muitas pessoas também procuram formas de exercer esse tipo de poder, seja por meio de um cargo mais alto na carreira, de uma boa rede de contatos ou de uma condição financeira privilegiada. Ter esse poder parece transmitir respeito, moral e honra.

(Ponha-se no seu...) devido lugar

Há ainda a expressão “ponha-se no seu devido lugar”, frequentemente empregada para impor hierarquias e silenciar interlocutores.

Expressão sabidamente corrente, mas de difícil busca na BN (pela amplitude do “devido lugar”). Limitamo-nos a um único registro, que reflete a sociedade estratificada em níveis de status e poder:

A madame fazia questão de mostrar a todo mundo que sabia colocar em seu devido lugar a criada (Fon-Fon - RJ, 21-06-1947)

Neste fragmento, é notável que a expressão é utilizada para rebaixar a criada, já que existe uma relação entre subordinada e empregador.

Recentemente, no contexto da política brasileira, essa frase foi direcionada à ministra Marina Silva, evidenciando como a linguagem pode ser usada para deslegitimar vozes, especialmente quando atravessadas por marcadores sociais como gênero, raça e classe [1].

Dessa forma, torna-se fundamental refletir sobre o uso da linguagem e seus impactos nas relações sociais. Revisar expressões naturalizadas e questionar seus significados é um passo importante para a construção de uma comunicação mais consciente e de uma sociedade mais justa e igualitária.

“Quem pode mais, chora menos”

A expressão “quem pode mais, chora menos” é um ditado popular usado, muitas vezes, como um convite à resignação para quem se deu mal em determinada situação, como se dissesse: “a vida é assim mesmo... que é que vamos fazer?”. Essa sentença já aparece em registros antigos da Biblioteca Nacional, sendo encontrada no jornal “O Popular”, de Caxias do Sul, em 12 de fevereiro de 1927.

No trecho citado, diante da alegria pela ausência de Julio Sassi, um dos poderosos do “Cordão da Juventude”, o cronista adverte:

[Cuidado! ...] alegria em casa de pobre dura pouco. Qualquer dia o Julio aparece e ... quem póde mais, chora menos. (O Popular, Caxias do Sul, 12/02/1927).

Nesse exemplo, é possível notar que a expressão é utilizada para retratar uma situação de poder, visto que, antes dela, aparece a frase “alegria em casa de pobre dura pouco”. Ou seja, quem tem mais poder, influência ou recursos acaba sofrendo menos as consequências de certas situações. Já quem tem menos poder precisa, muitas vezes, aceitar a situação, mesmo quando ela é injusta.

Esse ditado também pode ser entendido na sociedade atual. Ele expressa a ideia de que indivíduos com maior poder, dinheiro, influência e recursos sociais são menos afetados pelas dificuldades do cotidiano. Um exemplo claro ocorre em disputas judiciais: quando uma empresa de grande porte enfrenta um consumidor de baixa renda em um processo legal, ela pode contratar (ou já possuir) um departamento jurídico especializado, conseguindo prolongar o processo por anos. Já o consumidor, pressionado pela urgência financeira, muitas vezes aceita um acordo desfavorável.

Lugar de mulher é...

A expressão machista “lugar de mulher é...” mostra como, durante muito tempo, a sociedade tentou determinar qual deveria ser o lugar da mulher. Em uma sociedade profundamente patriarcalista, essas expressões colocavam a mulher em um espaço considerado “seu devido lugar”, principalmente dentro de casa, no cuidado com os filhos, com o marido e com as tarefas domésticas.

Historicamente, essa expressão foi complementada por “lugar de mulher é na cozinha”, “cuidando dos filhos”, “no lar” ou “no tanque de lavar”. Os exemplos de jornais, revistas e anúncios antigos mostram que as mulheres eram vistas como responsáveis apenas pela casa, pelos filhos e pelo marido. Até mesmo o título – que examinaremos mais adiante – de “Rainha do Lar”, apesar de parecer elogioso, ajudava a reforçar essa limitação, pois mantinha a mulher presa ao espaço doméstico.

Nesse sentido, Jean Lauand apresenta um registro impressionante de um artigo publicado em *O Carapuceiro*, em 23 de março de 1839, sobre a “novidade” de moças

que se graduavam “nas Sciencias Juridicas e Sociaes”. O texto lamentava, com um machismo ainda remanescente hoje em dia, a sorte dos maridos de mulheres que, “em vez de cuidar no arranjo da casa, em cozer, remendar etc. etc., desbarata o precioso tempo em papear sobre assumptos políticos” (LAUAND, 2023, verbete “Bater papo”).

Esse trecho deixa notória a expressão machista, pois destaca que as mulheres estariam fora de seu lugar ao discutir política, em vez de cuidar da casa. A citação mostra que, além de afastadas da educação e do mercado de trabalho, as mulheres também eram silenciadas politicamente. Ou seja, a mulher não era apenas impedida de ocupar certos espaços: ela também era criticada quando demonstrava interesse por assuntos da vida pública.

Assim, percebe-se que essas expressões tinham conotações machistas, uma vez que reforçavam o patriarcado e a ideia de inferioridade feminina, já enraizados na cultura brasileira. A ideia de que a mulher deveria permanecer no lar, na cozinha ou em tarefas domésticas aparece como uma herança perversa e antiga, que atravessou muitas gerações e ainda deixou marcas na sociedade atual.

Por causa dessa herança multissecular, torna-se compreensível a importância da campanha atual pela igualdade: “Lugar de mulher é onde ela quiser!”.

“A conversa ainda não chegou na cozinha”

Outra expressão relacionada ao lugar social imposto às mulheres é: “a conversa ainda não chegou na cozinha”. Essa expressão, muito difundida em outros tempos, funcionava como uma espécie de cala-a-boca para as mulheres, pois, segundo uma visão machista, elas não teriam capacidade nem direito de opinar sobre assuntos considerados importantes, como política, ciência ou questões públicas. Assim, deveriam se limitar ao espaço da cozinha, como se aquele fosse o seu único lugar possível.

Um exemplo dessa mentalidade aparece em *O Pasquim*, no Rio de Janeiro, em 27 de agosto de 1976: “[...] Se você é do sexo feminino não leia as próximas linhas. O papo ainda não chegou na cozinha. [...]”

Além disso, também há um toque racista nessa construção, pois a cozinha, historicamente, também foi associada ao lugar de mulheres escravizadas e trabalhadoras domésticas, reforçando desigualdades de gênero, raça e classe social.

Essa ideia aparece também na expressão “rainha do lar”, que, apesar de parecer uma homenagem, funcionava como uma forma de impor um comportamento esperado para as mulheres. Em artigo da revista *Coepta*, a autora observa que “a ardilosa expressão “rainha do lar”, disfarçada de homenagem, quer é impor um imperativo para o comportamento feminino”. Ou seja, a mulher era valorizada apenas quando permanecia no espaço doméstico, cuidando da casa, dos filhos e do marido (Cf. Gomes, Yasmin L. “Imagem, mulher e preconceito (...)” revista *Coepta* Nos. 9/10. Disponível em <http://www.hottopos.com/rih57/95-106SouzaGouveia.pdf>)

O mesmo artigo cita a canção *A Rainha do Lar*, de Agnaldo Timóteo e Ângela Maria:

[...] Ela é dona de tudo; / Ela é a rainha do lar; / Ela vale mais para mim; / Que o céu, que a terra, que o mar [...]” Embora pareça um elogio, esse tipo de imagem reforça a ideia de que a mulher é responsável pelos cuidados da casa. Em outro trecho a música, essa associação fica ainda mais evidente: “[...] Mamãe, mamãe, mamãe; / Eu te lembro o chinelo na mão; / O avental todo sujo de ovo... [...].

Novamente, a mulher é colocada no papel central da cozinha e da família. Até ainda há poucas décadas, o preconceito de que a cozinha é o “lugar” da mulher, da “Rainha do Lar”, ainda era dominante. Citamos do referido artigo de *Coepta*:

A ardilosa expressão “rainha do lar”, disfarçada de homenagem, quer é impor um imperativo para o comportamento feminino. Um estereótipo exemplificado, ainda na década de 1950, com uma propaganda de panela, como sugestão de presente de Natal para a rainha do lar:



“Conjunto Rochedo Aristocrata... a escolha não poderia ser melhor!” (Manchete, RJ, 1958).

Esse presente considerado ideal para as mulheres, reafirma que o âmbito delas era a cozinha. Era raro a desassociação das utilidades necessárias para casa e as requeridas pela mulher, dentro de uma sociedade quase toda machista que vinculava uma coisa à outra.

Esnober

Do inglês *snoob*, a palavra abrigada surgiu na BN em 1940. Indica a afetação de superioridade de alguém que adota certas formas exteriores para se distinguir da plebe vulgar. Entre os primeiros exemplos que nossa imprensa recolhe estão, por exemplo, o servir-se de pouco açúcar no café (contrapondo-se ao gosto rude de muito doce), ou preferir usar palavras estrangeiras desnecessárias – como, digamos, “break” em vez de “intervalo”) etc.

O esnober vale-se da afetação – mesmo que pedante ou ridícula – porque se considera superior. Sua estreia na BN:

Não se há de forçar a mão por parecer moderno, porque ser moderno não é ser exótico, esnober ou cabotino.
(“A Cruz” RJ, 01-01-1940)

VIP

Hoje muito difundida – salas VIP, clientes VIP, passageiros VIP etc. – essa expressão (abreviatura para *very important person*), que sem o menor pudor identifica “endinheirado” com “importante”, demorou a se arraigar em nosso vocabulário.

Ela surge na BN, na década de 50 como um estrangeirismo pedante, como o atestam suas duas primeiras aparições na BN. A primeira é uma crítica a uma revista que quer nos impor o estilo americano:

Para ficar bem de acôrdo com o gosto ianque (...) [a revista] nos lembra irresistivelmente o famoso VIP (Very Important Person) dos anúncios do “President” [Hotel?] de saudosa memória.
(“Fundamentos” SP, Novembro 1952)

Havia essa gíria (...) de símbolos secretos de um mundo de vaidades (...) “– Beltrano é um VIP, a Very Important Person...”.
(“Flan” RJ, 04-10-1953)

Ainda em 1966, a revista “Intervalo” (RJ, 12-03-1966), ao apresentar a dupla “Os Vips”, sucesso da “Jovem Guarda”, vê-se na obrigação de explicar:

O nome, Vip, êles adotaram de uma designação dada pelas companhias de aviação a passageiros ilustres (Very Important Person): Pessoa Muito Importante.

A pesquisa também encontrou outros registros da palavra em 1960, 1961, 1963, 1965, 1969, 1971, 1973 e 1974. Em 1961, por exemplo, aparece a frase: “O Galeão, ontem, muito movimentado, com celebridades VIP”. Nesse exemplo, VIP já está ligado diretamente a pessoas famosas. Em 1971, a palavra aparece em tom de humor: “rico viaja muito (todo rico é VIP, embora, com a nova onda de populismo, a IATA esteja pensando em incluir alguns profetas na classificação que passará a significar também *very important poor*)”. Esse uso mostra que, nessa época, a expressão já era conhecida o suficiente para aparecer em brincadeiras e críticas.

Um exemplo interessante do início da circulação da palavra na imprensa brasileira está em uma edição da revista *Manchete*, No. 562, 1963. O trecho é o seguinte:

Mas não se iludam: com minha longa experiência de redator-chefe de uma revista social eu lhes direi que, apesar das aparências, há espinhos escondidos na amenidade do gênero. Eu tinha um retocador de fotos para remoçar certas senhoras avançadas em anos e em “parties” cujas rugas eram cruelmente acentuadas pelo clarão das câmaras fotográficas. Um dia o paginador ampliou demais a foto sem retoque de uma das nossas mais belas, mais elegantes, mais bem conservadas “hostess” — uma autêntica VIP (very important personality, como se diz na gíria dos colonistas) — e sua idade real apareceu sem um ano a mais, sem um ano a menos. Ameaçou a revista com um processo; andou espalhando nas casas de modas, e nos cabeleireiros, que éramos pagos por Moscou. No número seguinte nosso retocador fez um milagre, e tiramos do seu rosto uns quarenta anos. Fizemos as pazes. Laus Deo!”

Nesse trecho, a mulher é chamada de “uma autêntica VIP”, e o autor ainda julga conveniente explicar a expressão em inglês: *very important personality*. Isso indica que a palavra ainda precisava ser apresentada ao público. Ao mesmo tempo, ela já estava ligada a pessoas importantes no meio social, frequentadoras de festas, revistas, casas de moda e outros lugares de prestígio.

O relato também mostra que essa mulher recebeu um tratamento diferenciado. Sendo VIP, quando a foto sem retoque revelou sua idade, ela ameaçou processar a

revista, e depois o retocador fez um “milagre” para deixar sua imagem mais jovem. A situação é contada com humor, mas mostra como a aparência, a fama e o prestígio eram muito valorizados no meio VIP.

Entretanto, ser VIP não significa necessariamente que uma pessoa seja arrogante. Existem pessoas que, mesmo recebendo privilégios ou tendo fama, mantêm a humildade. Por outro lado, algumas podem usar seu status para agir como se fossem superiores às outras. Nesse caso, a ideia de VIP pode se aproximar de comportamentos esnobes, quando a pessoa acredita que merece mais atenção ou mais direitos do que os demais.

Assim, a pesquisa mostra que a expressão “VIP” foi incorporada aos poucos ao português brasileiro. No início, ela aparecia explicada em inglês; depois, passou a ser usada sozinha, sem necessidade de tradução. Hoje, a sigla continua ligada à ideia de importância, prestígio, acesso especial e tratamento diferenciado.

Considerações finais

Ao longo do desenvolvimento desta pesquisa, tornou-se evidente como a linguagem cotidiana carrega marcas profundas de hierarquias sociais, históricas e culturais. No início do estudo, a investigação se voltou para expressões de mando e superioridade, como “eu mando, você obedece”, “manda quem pode, obedece quem tem juízo”, “vou te colocar no seu lugar”, “Você sabe com quem está falando?” e “tomou uma carteirada”.

A análise de jornais, revistas e outros registros antigos mostrou que essas frases não eram apenas modos de falar. Muitas delas ajudavam a reforçar desigualdades baseadas em autoridade, posição social, dinheiro, profissão, raça, gênero e até na organização da família. Em diferentes situações, aparece a ideia de que algumas pessoas podem mandar, falar mais alto, receber privilégios ou decidir pelos outros.

Diante das expressões aqui apresentadas, é nítido como muitas delas continuam presentes na sociedade, o que Max Weber chama de “ação tradicional”, aquilo que é motivado por hábitos e crenças consolidados ao longo do tempo. Dessa forma, várias das expressões analisadas podem ser vistas como ações tradicionais, pois foram repetidas durante gerações e se baseiam em estereótipos. Sejam elas relacionadas ao autoritarismo, à desigualdade de renda ou ao desprezo pelo papel da mulher, todas têm em comum uma ideia de superioridade em relação ao outro.

As ideias de Roberto da Matta também ajudam a entender essa situação. Em seus estudos, ele mostra que a sociedade brasileira foi construída com muitas desigualdades e relações de poder. Por isso, algumas pessoas são tratadas como “indivíduos”, que deveriam ser iguais perante a lei, enquanto outras recebem mais respeito, privilégios ou atenção por causa de seu cargo, dinheiro, fama ou posição social. Essa diferença aparece em expressões como “Você sabe com quem está falando?” e também em situações nas quais alguém usa sua autoridade para tentar se colocar acima dos demais.

Um destaque: o lugar da mulher – Durante a pesquisa, as expressões relacionadas às mulheres mereceram uma atenção especial. Os exemplos de jornais, revistas e anúncios antigos mostram como, durante muito tempo, a sociedade tentou determinar qual deveria ser o lugar da mulher. Frases como “lugar de mulher é na cozinha”, “lugar de mulher é no lar”, “lugar de mulher é em casa”, “lugar de mulher é atrás do tanque” e “a conversa ainda não chegou na cozinha” mostravam que as mulheres eram vistas como responsáveis apenas pela casa, pelos filhos e pelo marido.

Essas expressões ajudavam a limitar a participação feminina na sociedade. Muitas mulheres eram incentivadas a ficar em casa e cuidar da família, enquanto os homens tinham liberdade para estudar, trabalhar, participar de conversas importantes e tomar decisões. Assim, a linguagem reforçava uma ideia de que a mulher não teria direito de ocupar certos espaços.

Mesmo com as mudanças que aconteceram ao longo dos anos e com a conquista de mais direitos, alguns desses preconceitos ainda existem. Encontramos no jornal “Folhas de Coqueiro”, de Santa Catarina, em janeiro de 2017, o registro da expressão “Lugar de mulher é onde ela quiser”. A frase aparece em uma matéria intitulada “Feminino no comando”, sobre Maryanne Mattos, primeira mulher a assumir o comando da Guarda Municipal de Florianópolis. No texto, ela afirma: “Lugar de mulher é onde ela quiser”. Esse registro mostra como a expressão passou a ser usada para afirmar a presença das mulheres em espaços de comando, trabalho e decisão, contrariando antigas ideias de que seu lugar deveria ser apenas a casa, a cozinha ou o cuidado da família. Por isso, a frase “Lugar de mulher é onde ela quiser” tem um sentido importante hoje. Ela responde a antigas tentativas de colocar a mulher em um único lugar e afirma que ela pode ocupar todos os espaços.

Essa reflexão aparece também na famosa fala da ministra Cármen Lúcia:

[...] Precisamos de mais mulheres ocupando todos os espaços de poder e de homens conscientes, que saibam dividir espaços com respeito, incentivando e abrindo caminhos para que mais mulheres também possam chegar. Quando uma mulher avança, ela inspira e fortalece outras a avançarem junto.

(<https://www.instagram.com/reel/DYuQnimRHhG/>)



A música *O que se cala*, de Elza Soares, também combina com o estudo realizado, especialmente quando afirma: “O meu país / É meu lugar de fala”. Esse trecho mostra a importância de as mulheres poderem usar sua voz, participar da sociedade e não serem silenciadas.

Por outro lado, a pesquisa mostrou que a linguagem também se transforma. Movimentos sociais, especialmente o feminismo, deram novos sentidos a antigas expressões e ajudaram a criar formas de afirmação e resistência. Assim, frases que antes serviam para diminuir ou excluir podem ser questionadas e transformadas.

Em síntese, a pesquisa mostrou que expressões aparentemente simples carregam histórias complexas. Elas podem reforçar desigualdades e preconceitos, mas

também podem ser reinterpretadas e contestadas. Estudar essas expressões foi importante para perceber como a linguagem influencia a forma como as pessoas são vistas e tratadas e como, por meio dela, podemos repetir injustiças ou colaborar para mudanças.

Notas;

[1] CNN Brasil. “Marina Silva deixa sessão após senador dizer que ela não merece respeito”. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/marina-silva-bate-boca-com-senadores-e-abandona-sessao/> - acesso em 01/07/2026.

Referências Bibliográficas

DAMATTA, Roberto. *Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro*. Rio de Janeiro: Rocco, 1979.

DAMATTA, Roberto. *O que faz do Brasil, Brasil?* Rio de Janeiro: Rocco, 1986.

GOMES, Yasmin Lima “Imagem, mulher e preconceito: expressões populares que diminuem o feminino”. Série Coepta N. 9-10: ed. especial da Revista Internacional d’Humanitats 57-58, jan-ago 2023 CEMOrOc-Feusp.

LAUAND, Jean. *Pequeno dicionário de expressões brasileiras*. Vol II - São Paulo: Enguaguaçu, 2023

Recebido para publicação em 03-07-26; aceito em 07-08-26